



Prefeitura De Ceará Mirim - RN
Professor de Anos Iniciais

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	8
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	8
Significação contextual de palavras e expressões	10
Equivalência e transformação de estruturas	11
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação	13
Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal	18
Pontuação	28
Estrutura e formação de palavras	32
Funções das classes de palavras	34
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	45
Concordância nominal e verbal	47
Regência nominal e verbal	49
Ortografia oficial	51
Acentuação gráfica	58
Exercícios	60
Gabarito	65

RACIOCÍNIO LÓGICO

Princípio da Regressão ou Reversão	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	1
Lógica matemática qualitativa	8
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	11
Geometria básica	13
Álgebra básica e sistemas lineares	30
Calendários	54
Numeração	56
Razões especiais	57
Análise combinatória e probabilidade	59
Progressões aritmética e geométrica	65
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	69

SUMÁRIO



Comparações	71
Exercícios	72
Gabarito	81

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Avaliação na Educação Infantil	1
Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil (rotina, sequência didática, projetos pedagógicos)	4
Ludicidade na Educação Infantil	10
Leitura e literatura infantil na primeira infância	21
Desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição da criança	21
Histórico e teóricos da Educação Infantil	22
Processo de ensinar e aprender	31
Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais	35
Alfabetização e letramento	36
Linguagem oral e escrita	40
Produção de textos	40
Processos cognitivos na alfabetização	42
A construção e desenvolvimento da leitura e escrita	42
A formação do pensamento lógico da criança	43
O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem	44
A alfabetização nos diferentes momentos históricos	44
A função social da alfabetização	45
A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento	45
As etapas do processo de alfabetização	46
A importância da consciência fonológica na alfabetização	49
A tecnologia a favor da alfabetização	51
A função social da escola	52
inclusão educacional e respeito à diversidade	59
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	59
Didática e organização do ensino	75
Novas tecnologias da informação e comunicação e a sua contribuição com a prática pedagógica	82
Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino	83
Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental Anos Iniciais: fundamentação, orientações didáticas, natureza, áreas do conhecimento, competências específicas das áreas do conhecimento	93
LEGISLAÇÃO: Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214)	133

SUMÁRIO



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/1996 e suas alterações, atentando para os artigos 2º, 3º, 4º, 11, 12, 13, 14, 18, 21, 22, 58, 59 e 61	138
Lei Brasileira de Inclusão- Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações	143
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos- Resolução CNECEB nº 07/2010	174
Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009 (fixa as diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil).....	186
Referencial curricular nacional para a educação infantil (Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998)	189
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009)	318
Avaliação Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	319
Resolução nº 04/2010 CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica.....	325
Exercícios	340
Gabarito.....	351

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Raciocínio Lógico

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.

Multiplificação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão ↔ a regressão é feita pela **multiplificação**.

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A } 1^\circ \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$\begin{aligned} \text{A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } & A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow \\ -X = 300 - 500 & \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200. \end{aligned}$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como P1, P2,... Pn, conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Conhecimentos Específicos

Avaliar é uma ação pedagógica necessária e importante que deve estar presente em todas as etapas educativas. A avaliação promove o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. É um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares¹.

— Por que avaliar?

- Para conhecer os avanços (ou retrocessos) no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos;
- Para refletir sobre o planejamento e as possíveis alterações necessárias;
- Para implementar os registros com vistas à documentação pedagógica;
- Para acompanhar os processos de desenvolvimento das crianças;
- Para avaliar a intencionalidade do trabalho pedagógico.

A avaliação na educação infantil é imprescindível, pois nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.

Deve-se conhecer e observar o desenvolvimento infantil. A avaliação deve procurar abranger todos os aspectos do desenvolvimento da criança, não só o cognitivo, mas sim uma avaliação a partir do aluno, tendo ele como referência, como parâmetro de si mesmo.

Deve ter uma ação também diagnóstica, que indique quais alterações nas práxis do professor deve acontecer para facilitar a aprendizagem do aluno. Não é um procedimento que indique o ponto final de um trabalho, uma classificação, para depois resultar numa exclusão futura; deve mostrar ao professor o quanto o aluno avançou em um determinado tempo.

O aluno precisa ser o autor da sua própria aprendizagem, tendo no professor um facilitador, um instrumento para interagir com ele na construção do seu conhecimento. Entretanto, qualquer que seja a postura, os educadores não podem avaliar somente para cumprir uma exigência burocrática, deixando de explorar este instrumento poderoso que serve para redefinir a sua prática profissional.

— Avaliação infantil nas legislações

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I- avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução Nº.5, de 17 de dezembro de 2009.

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II- utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

w

¹ <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601655/2/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil.pdf>